

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 534.997 - MA (2019/0284588-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : GIORGIO GONCALVES BARBOSA (PRESO)
ADVOGADOS : WENDEL ARAÚJO DE OLIVEIRA - DF027669
LUCIANO RIPARDO DANTAS - PI009221
WERBERTY ARAUJO DE OLIVEIRA - PI012004
JULIANE ARAUJO DE OLIVEIRA - PI014160
EDUARDO SOARES BUTKOWSKY - MA013237
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Às fls. 139/143 assim decidi:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Giorgio Gonçalves Barbosa**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Infere-se dos autos que o paciente, juntamente com outros corréus, teve sua prisão preventiva decretada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Impetratriz/MA na data de 28/11/2018, por supostamente integrar organização criminosa, especializada em vários crimes de roubo de combustível (Processo n. 3304-04.2018.8.10.0040 - fls. 32/37).

Irresignada, a defesa impetrou o HC n. 0804545-66.2019.8.10.0000, objetivando a soltura do ora paciente, ao argumento de excesso de prazo na formação da culpa. Os integrantes da Segunda Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, por unanimidade, em 12/9/2019, denegaram a ordem, nos termos da seguinte ementa (fls. 94/95):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE AGENTES. RESTRIÇÃO À LIBERDADE DA VÍTIMA. SEGREGAÇÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. MULTIPLICIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. SUBSTITUIÇÃO DO CÁRCERE PREVENTIVO POR CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. REJEIÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I. Assente, no STF e no STJ, o entendimento de que a configuração de excesso de prazo na instrução criminal não decorre de soma aritmética de prazos legais, devendo ser aferida, caso a caso, segundo o princípio da razoabilidade, de acordo com as peculiaridades da causa.

II. Consoante se observa do acervo probatório, devidamente justificada a delonga verificada no curso da lide, ante as peculiaridades do caso concreto, pela complexidade da causa, pluralidade de réus (7 indivíduos) e necessidade de expedição de cartas precatórias à comarca de Imperatriz, além das diversas intervenções atribuíveis à defesa dos denunciados, inclusive pela não apresentação de resposta pelo advogado do paciente, não havendo, por outro

Superior Tribunal de Justiça

lado, indicativos de desídia do magistrado condutor do feito, pelo que tenho como não configurado excesso de prazo injustificável, passível de causar constrangimento ilegal remediável pela via do *mandamus*.

III. Considerando o entendimento alcançado no julgamento do *Habeas Corpus* nº 0810623-13.2018.8.10.0000, por esta egrégia Câmara Criminal, em sessão realizada em 02.05.2019 - impetrado em favor do paciente, sob outros fundamentos -, em que se reconheceu a necessidade do encarceramento combatido, ante a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, inviável a substituição da custódia preventiva por cautelares diversas, elencadas no art. 319 do mesmo diploma legal.

IV. Ordem denegada.

Neste Tribunal Superior, os impetrantes sustentam, em síntese, estar o ora paciente suportando coação ilegal decorrente de excesso de prazo na formação da culpa, *com prisão perdurando 09 (nove) meses sem resposta estatal e da fundamentação inidônea da decisão do Tribunal local* (fl. 9).

Requer, assim (fls. 19/20):

a) **Conceder a liminar** em *habeas corpus*, tendo em vista a ilegalidade da prisão do paciente **GIORGIO GONÇALVES BARBOSA**, **relaxando ou revogando a medida cautelar extrema**, caso assim não entenda, requer subsidiariamente **a substituição da prisão preventiva para as medidas cautelares diversas da prisão**, concedendo a liberdade conforme precedente citado, ao final, seja *ratificada* eventual liminar concedida, devendo ser expedido em seu favor o competente alvará de soltura, para que possa ser posto imediatamente em liberdade;

[...]

d) **NO MÉRITO**, julgar procedente o presente remédio heroico, relaxando ou revogando a custódia cautelar extrema, caso assim não entenda, requer subsidiariamente **a substituição da prisão preventiva para as medidas cautelares diversas da prisão**, para que o mesmo aguarde em liberdade o deslinde do processo;

À fl. 104 assim despachei:

Antes de tomar qualquer decisão neste *writ*, solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de São Luís/MA, no prazo de **72 horas**, sobre o atual andamento da ação penal em que figura como denunciado **Giorgio Gonçalves Barbosa**, bem como o tempo de sua prisão, juntando-se documentos pertinentes.

A solicitação deverá ser acompanhada da petição inicial de **fls. 3/21**.

Após, devolvam-se os autos para apreciação do pleito liminar.

Em 30/9/2019, o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de São Luís/MA prestou estas informações (fls. 111/113 - grifo nosso):

Aduz o impetrante, em apertada síntese: excesso de prazo para conclusão da culpa, sem previsão para audiência de instrução, preso há mais de 09 (nove) meses.

Esclareço que o paciente, e outros elementos, tiveram suas prisões preventivas decretadas, pelo juízo da 1ª Vara Criminal de Imperatriz/MA, em 28.11.2018, por supostamente integrarem organização criminosa, especializada em roubo de combustível. Evidencia-se que a referida ORCRIM, é, conforme a exordial crime acusatória, composta por donos de postos de combustíveis,

Superior Tribunal de Justiça

motoristas de caminhões e policiais militares.

Com especial atenção ao paciente, narra a Denúncia que o mesmo, supostamente, utilizava-se de sua condição de policial militar para vazar informações sigilosas que estavam sendo coletadas e processadas no curso da operação policial que tinham o escopo de identificar a organização criminosa que estava atuando em diversos roubos de carga de combustível na região.

Conforme se extrai da decisão que decretou a prisão preventiva, ratificada por este Juízo e de fácil acesso pelo sistema Jurisconsult do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a identificação do paciente como integrante da ORCRIM, só foi possível após a quebra de sigilo telefônico e extração de dados do celular apreendido com o também acusado, WILSON DOS SANTOS OLIVEIRA, preso em flagrante delito em 25.04.2018. Anota-se que a referida quebra de sigilo só ocorreu após a instauração de autos complementares pela autoridade policial.

Esclareço, ainda, que os autos foram recebidos por este Juízo, em 31 de janeiro de 2019, diante do declínio de competência da 1ª Vara Criminal de Imperatriz/MA em favor desta Vara especializada. O processo segue o trâmite regular, tendo ido com vista ao MPE, em face do princípio do Promotor Natural, embora já tivesse denúncia, que aditou a exordial crime acusatória, ocasião em que houve o recebimento da denúncia e do aditamento, e efetivação de todas as diligências pertinentes.

Por fim, esclareço que o Processo possui 07 (sete) acusados, tendo 04 (quatro) deles já apresentado resposta à acusação, entre eles o ora paciente, 01 (um) acusado, encontra-se, conforme certidão do oficial de justiça, em local incerto e não sabido, restando apenas (02) acusados apresentarem suas Defesas Escritas, fato que vem se alongando, vez que, os mesmos, insistem em manobras evasivas, com o intuito de extrapolar o prazo da cautelar imposta, quem sabe, até, como estratégia de defesa, para que outro acusado possa alegar excesso, tendo em vista que um dos acusados que ainda não apresentou Defesa Escrita, encontra-se foragido, embora com advogado constituído nos autos, que insiste em fazer nos autos, pedidos outros, sem, não obstante, apresentar a peça de Defesa, o que motivou, inclusive, despacho deste juízo, no sentido de intimar o acusado, foragido, por edital, para constituir outro advogado, cópia do despacho anexo.

Esclareço, por fim, que indeferi o pedido de relaxamento/revogação de prisão preventiva formulado pelo paciente, por não reconhecer o excesso alegado, cópia da decisão, também anexa.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na hipótese, o alegado constrangimento não se revela com a nitidez imprimida na inicial, pois, aparentemente, os limites da razoabilidade no trâmite processual não foram ultrapassados, notadamente se considerarmos, **como muito bem destacado no acórdão impugnado**, as peculiaridades do caso concreto, pela complexidade da causa, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias para a prática de atos processuais, além das diversas intervenções atribuíveis à defesa dos denunciados, não havendo, por outro lado, indicativos de desídia do magistrado condutor do feito (fl. 98).

Afora isso, a providência cautelar perseguida é indubitavelmente satisfativa pelos seus efeitos definitivos, no tempo da sua duração, necessariamente decorrentes da desconstituição da eficácia do ato impugnado, implicando o seu acolhimento usurpação da competência do órgão colegiado, proibida ao Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Tal o contexto, ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

Indefero, portanto, a liminar.

Devidamente instruído o feito, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Mediante petição protocolizada sob o n. 00649252/2019, os impetrantes pretendem a reconsideração da decisão indeferitória do pleito liminar, com vista a assegurar ao ora requerente o direito de aguardar o julgamento do feito em liberdade, pelos motivos infracitados (fls. 148/14):

[...] ainda que se reconheça a complexidade mencionada no acórdão e pela informação do Juízo processante, é certa a existência de meios processuais adequados ao resguardo da celeridade processual em casos equiparados ao aqui verificado, como o desmembramento do processo.

Ademais, o feito ainda se encontra sem previsão de audiência de instrução e julgamento, não havendo data certa para conclusão da culpa.

Outras medidas podem ser tomadas para não atrasar a marcha processual, sem ligar a culpa da defesa de outro corréu à defesa do paciente, ante a não localização do corréu, o Juízo na origem pode proferir decisão determinando o desmembramento do feito e designar a audiência de instrução e julgamento.

Douto Ministro, data vênha, a manutenção da prisão do paciente pelo Juízo na origem, atualmente por mais de 10 (dez) meses, sem marcar a audiência de instrução e julgamento, vinculando a culpa da defesa de outros corréus foragidos sem desmembrar o processo, corroborar para o excesso de prazo apontado na peça vestibular do presente *writ*.

Enfim, na hipótese em cotejo, o atraso na condução da marcha processual é atribuível exclusivamente ao Estado, quando se tem outras medidas que podem ser tomadas (desmembramento). Vejamos a inteligência do artigo 80 do Código de Processo Penal:

*"Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, **quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação**". (destaque)*

Afinal, o direito ao julgamento em tempo oportuno, que não exceda nem supere, de modo irrazoável, os prazos processuais, qualifica-se como insuprimível prerrogativa de ordem jurídica, fundada tanto em norma de índole constitucional (CR, art. 5º, LXXVIII) quanto em cláusula de natureza convencional (Pacto de São José da Costa Rica, Art. 7º, ns. 5 e 6).

[...]

Nessa esteira, não pode o paciente ser prejudicado pela ineficiência do Estado Juiz no exercício do *jus puniendi*.

Configurado, portanto, na espécie, constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, razão pela qual a prisão do paciente também por isso, não pode mais subsistir.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O cerne do pleito reconsideratório recai sob o excesso de prazo na formação de culpa.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na petição de reconsideração. Como já dito na decisão de fls. 139/143 e agora redito, trata-se de *causa complexa, com pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias para a prática de atos processuais, além das diversas intervenções atribuíveis à defesa dos denunciados, não havendo, por outro lado, indicativos de desídia do magistrado condutor do feito*, motivo pelo qual, por ora, ainda não enxergo como ultrapassados os limites da razoabilidade no trâmite processual.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

Indefiro, pois, o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator